

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.796.150 - RN (2019/0033200-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**EMBARGANTE** : **VALERIA MARIA LACERDA ROCHA**  
**ADVOGADOS** : **ANDRÉ AUGUSTO DE CASTRO - RN003898**  
**RENATO DUARTE MELO - RN004905**  
**MARIANA AMARAL DE MELO - RN004878**  
**LUIS GUSTAVO ALVES SMITH - RN004088**  
**MARCELLO ROCHA LOPES - RN005382**  
**ISABELE FERREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - RN011237**  
**LEANDRO CESAR CRUZ DE SÁ LORENZETTI - RN012552**  
**EMBARGADO** : **BANCO BRADESCO S/A**  
**ADVOGADO** : **GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971**  
**ADVOGADOS** : **PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275**  
**WILSON SALES BELCHIOR - RN000768A**  
**IAN DOS SANTOS OLIVEIRA MILHOMEM - DF045993**  
**DIEGO RODRIGUES DANTAS E OUTRO(S) - RN013011**  
**ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568**  
**PEDRO HENRIQUE BARROS ARAUJO - DF060517**  
**EMBARGADO** : **ALBRA INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADO** : **GLEYDSON KLEBER LOPES DE OLIVEIRA - RN003686**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF.

1. Ação de adjudicação compulsória c/c reparação por danos morais.
2. A ausência de decisão acerca da tese defendida pela recorrente para demonstrar a vulneração de dispositivo de lei, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. A deficiente fundamentação do recurso impede o seu conhecimento.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
- 5 O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

Em virtude das razões apresentadas nos embargos de declaração de fls. 800/805 (e-STJ), torno sem efeito a decisão de fls. 793/798 (e-STJ) e passo ao exame do recurso especial de fls. 693/721 (e-STJ) interposto por VALÉRIA MARIA LACERDA ROCHA, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Recurso Especial interposto em:** 17/07/2018.

**Distribuído ao Gabinete em:** 20/02/2019.

**Ação:** de adjudicação compulsória c/c indenização por danos morais ajuizada por VALÉRIA MARIA LACERDA ROCHA, em face de ALBRA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS e do BANCO BRADESCO S/A, na qual requer que seja adjudicado o imóvel em favor da autora, outorgando-lhe a escritura definitiva do bem, bem como seja determinado o cancelamento da hipoteca e a condenação dos recorridos à reparação por danos morais.

**Sentença:** julgou procedentes os pedidos formulados na presente ação.

**Acórdão:** negou provimento ao agravo de instrumento interposto pela recorrente, reformando a sentença, nos termos da ementa a seguir:

*DIREITO DO CONSUMIDOR, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÕES CÍVEIS. ANÁLISE CONJUNTA. POSSIBILIDADE. JUIZ QUE DETERMINOU O CANCELAMENTO DE HIPOTECA. PARTE AUTORA QUE NÃO FEZ PEDIDO NESTE SENTIDO. JULGAMENTO ULTRA PETITA. ANULAÇÃO DE OFÍCIO DA SENTENÇA NESTA PARTE. POSSIBILIDADE. PRETENSÃO DO BANCO APELANTE PELA INAPLICABILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO CONSUMIDOR. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO NÃO DETERMINADA EM PRIMEIRO GRAU. EVIDENTE FALTA DE INTERESSE RECURSAL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA APELANTE NESTE PONTO. BANCO APELANTE QUE AFIRMA SER IMPOSSÍVEL A ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA POR NÃO TER PARTICIPADO DO CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. SENTENÇA QUE NÃO DETERMINOU A ADJUDICAÇÃO FACE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. OBRIGAÇÃO ESTABELECIDADA PARA A EMPRESA INCORPORADORA. PRETENSÃO DO BANCO RÉU DE*

INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 308 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES PELO CONSUMIDOR. DIREITO DE PROPRIEDADE. HIPOTECA FIRMADA ENTRE O AGENTE FINANCEIRO E A INCORPORADORA QUE NÃO TEM EFICÁCIA PERANTE OS ADQUIRENTES DE BOA-FÉ. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 308 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ALEGAÇÃO PELA PARTE RÉ DE QUE O AUTOR CONHECIA O GRAVAME QUE INCIDIA SOBRE O IMÓVEL E DE QUE A HIPOTECA TEM CARÁTER PROPTER REM. TEMAS NÃO VENTILADOS NA INSTÂNCIA DE ORIGEM. CARACTERIZAÇÃO DE INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO NESTA CORTE DE JUSTIÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA QUE ADUZ INEXISTIR ATO ILÍCITO CARACTERIZADOR DE DANO MORAL. NÃO ACATAMENTO. BANCO QUE CAUSOU EMBARAÇO A PRETENSÃO ADJUDICATÓRIA DA AUTORA COBRANDO DÍVIDA DESTA CONTRAÍDA PELA INCORPORADORA. DANO MORAL CARACTERIZADO. BANCO APELANTE QUE PRETENDE A MINORAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO E AUTORA QUE REQUER SUA MAJORAÇÃO. MONTANTE INDENIZATÓRIO ARBITRADO DE MANEIRA INSUFICIENTE. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA QUANTIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. MAJORAÇÃO DETERMINADA. ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA CONDICIONADA À APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES DE REGULARIDADE. AUSÊNCIA DE CLAREZA EM TAL DETERMINAÇÃO PELO JUÍZO ORIGINÁRIO. DISPENSA DE TAIS CERTIDÕES QUE SE JUSTIFICA, IN CASU, PARA VIABILIZAR A EFICÁCIA A SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA. AUTORA QUE BUSCA A MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO CORRETA DO ARTIGO 20, § 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA. RELAÇÃO CONTRATUAL. JUROS DE MORA QUE DEVEM INCIDIR A PARTIR DA CITAÇÃO. PRECEDENTES. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDENTE A PARTIR DO ARBITRAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 362 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APELO DA PARTE RÉ CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. APELO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO (e-STJ fl. 442/444).

**Embargos de declaração:** opostos pela recorrente, foram

rejeitados (e-STJ fls. 497/507 e 556/561).

**Recurso especial:** a recorrente em suas razões recursais defende a violação do art. 942, *caput*, do CPC, aduzindo que, em razão de os embargos de declaração, rejeitados por maioria, terem sido integrados à apelação, essa teria deixado de ostentar a unanimidade dos votos não atendendo, devendo, portanto, ser observada a técnica prevista no referido dispositivo.

Sustenta, além de divergência jurisprudencial, negativa de vigência aos arts. 20, §1º, §3º e §4º, do CPC/73 e 85, §2º, do CPC/2015, aduzindo que, embora a presente demanda seja duas ações cumuladas, adjudicação compulsória e indenização por danos morais, o Tribunal de origem teria deixado de fixar os honorários de sucumbência sobre a parcela relativa à adjudicação compulsória do imóvel, cujo percentual deveria incidir sobre o valor da causa ou sobre o proveito econômico, esse correspondente ao valor do imóvel.

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**- Julgamento:** CPC/2015

**- Da ausência de prequestionamento**

Quanto á suposta violação do artigo 942, *caput*, do CPC e a tese defendida pela recorrente para demonstrar sua vulneração, tem-se que essa não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, restando ausente o devido prequestionamento. Incide a Súmula 211/STJ.

**- Da deficiente fundamentação do recurso**

No mais, ainda que fosse ultrapassado tal óbice, tem-se que a recorrente pretende valer-se do conteúdo inserto no art. 942, *caput*, do CPC, para defender a tese, segunda a qual em razão de os embargos de declaração, rejeitados por maioria, terem sido integrados à apelação, essa teria deixado de ostentar a unanimidade dos votos não atendendo, devendo, portanto, ser observada a técnica prevista no referido dispositivo.

Ocorre, no entanto, que o comando do referido dispositivo de lei não se presta a tal desiderato, uma vez que nada dispõe acerca da necessidade de observância da técnica prevista no referido dispositivo, quando os embargos de

declaração são julgados de maneira não unânime. Assim, o recurso especial, neste ponto, padece de deficiente fundamentação a ensejar a aplicação da Súmula 284 do STF.

**- Da ausência de fundamento impugnado**

O Tribunal de origem ao apreciar a questão atinente à fixação dos honorários sucumbenciais sobre a parcela da ação atinente à adjudicação compulsória, manifestou-se no seguinte sentido:

*Ao verificar o disposto na sentença, o pedido da Embargante no Apelo, o Acórdão embargado e a tese ora trazida em sede de embargos, verifico mera tentativa de inovação recursal para o fim de majorar honorários sucumbenciais sem qualquer respaldo legal, hipótese que caracteriza os presentes aclaratórios como manifestamente inadmissíveis a ensejar a sua rejeição.*

*Isso porque, em que pese defenda a Embargante a existência de omissão no julgado, ao argumento de que deveria o Acórdão embargado ter se pronunciado sobre a alegada necessidade de fixação de honorários para cada parcela de uma única demanda, o referido pedido não foi feito no recurso e nem deveria ter sido mencionado no fundamento, como alega, por ser a sucumbência característica daquele que é "derrotado" no processo, sendo os honorários sucumbenciais fixados em maior ou menor grau em razão da proporção da sucumbência, do que perdeu na demanda, e não em relação a cada um dos pedidos feitos na demanda, como defende, sendo totalmente desnecessário que o Acórdão mencionasse tal questão, ante a elementar inteligibilidade de tal conceito.*

*Ainda, a suposta omissão e obscuridade - inexistentes no caso -, têm fundamento na própria sentença, mas a tese ora apreciada não foi apresentada em sede de embargos de declaração da sentença e nem no próprio Apelo, de modo que, tendo em vista o já decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 1194, de que "os honorários, no caso de sucumbência, são um direito do advogado, mas que pode haver estipulação em contrário pelos contratantes", ou seja, os honorários advocatícios sucumbenciais são um direito patrimonial DISPONÍVEL, os mesmos não podem ser majorados de ofício.*

*Verifico, pois, inexistir qualquer omissão ou obscuridade no Acórdão embargado, mas mera tentativa de majoração de honorários em sede de embargos de declaração com aplicação de tese não debatida no recurso, se tratando, em verdade de inovação recursal, apta a tornar manifestamente inadmissível os presentes aclaratórios.*

(...)

*Sem fazer maiores digressões acerca da possibilidade de advogar em causa própria e das causas em que não se obriga a representação da parte por advogado, como as exceções previstas em leis especiais, como a Lei 9.099/90, o certo é que a fixação da verba honorária de sucumbência tem relação com as despesas do processo, ainda que inúmeros sejam os pedidos feitos na mesma demanda, na medida em que se relaciona com os custos com o advogado peticionar, participar de audiência, apresentar réplica, entre outros atos dentro de um mesmo processo, não importando quantos pedidos ou pretensões sejam feitos.*

*Ora, os atos processuais não se dividem em razão dos pedidos. Não são aprazadas audiências diversas para cada um dos requerimentos, não se exige do advogado apresentar petições com prazos distintos e procedimentos diversos para cada uma das pretensões de uma única demanda, situação que poderia, acaso existente, fixar, sim, honorários para cada uma das pretensões, em razão dos custos diversos a serem despendidos em face de cada pedido, mas não é o que se admite no procedimento judicial ordinário e precisamente não é esta a hipótese dos autos.*

*Sequer se tratam de feitos apensos, eventualmente conexos, mas de ação única, que pelo simples fato de ser intitulada de "ação cumulada", como pretende a Embargante, não autoriza a majoração de honorários como pretende, em face de cada uma das pretensões.*

*Aliás, como já dito, por se tratar de direito patrimonial disponível, acaso a Embargante entendesse que seria o caso de fixação dos honorários advocatícios em face da parcela de maior relevância da demanda, relacionada ao proveito econômico na adjudicação compulsória, obrigação de fazer, a mesma deveria ter questionado o referido arbitramento em face do valor da condenação, obrigação de pagar, no Apelo interposto, e não em sede de embargos de declaração (e-STJ fls. 503/506).*

Ocorre que, da leitura do recurso especial, a recorrente não rebateu os fundamentos deduzidos pelo Tribunal de origem acerca da inovação recursal ocorrida em sede de embargos de declaração e da impossibilidade do arbitramento de honorários sucumbenciais, em razão da natureza da ação em discussão, limitando-se a defender a necessidade de fixação dos honorários sobre a parcela da ação que versa sobre a adjudicação compulsória, o que atrai a aplicação da Súmula 283/STF.

**- Da divergência jurisprudencial**

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 1029, §1º do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de agosto de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora